

## 6

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, foi nas últimas duas décadas do século XX, que o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua ganhou visibilidade e chamou a atenção de vários estudiosos, pesquisadores, tanto no Brasil como a nível internacional. Estes estudiosos e pesquisadores deram uma contribuição importante para a reflexão, discussão e compreensão das questões que dizem respeito ao público infante-juvenil, tendo em conta que publicaram vários livros e artigos que foram extremamente importantes para a realização de vários trabalhos inclusive o nosso estudo.

Mas, é de realçar que as questões que dizem respeito à camada jovem da população nem sempre tiveram atenção e cuidado merecidos. Deste modo, o tema precisa ser tratado com mais profundidade e com as devidas pontes com as políticas públicas do país, e sempre levando em consideração a importância da defesa e garantia dos direitos deste grupo – conforme as legislações nacionais e internacionais (Convenção dos Direitos das Crianças – 1989; ECA no Brasil, e a legislação de Cabo Verde). Deste modo, devemos ver as crianças e os adolescentes como uma categoria social e entender as questões que dizem respeito a elas, na sua profundidade, para que possamos enxergá-la como manifestação das questões sociais, e tratá-las com base nas políticas públicas - políticas sociais.

No que diz respeito às instituições voltadas para o atendimento e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, Cabo Verde tem contado com a parceria da UNICEF, que é um dos principais parceiros do país no que tange à defesa e garantia dos direitos e deveres das crianças e adolescentes, assim como na formulação de políticas sociais, e é também um dos maiores patrocinadores dos projetos para criança e adolescentes no país. Existem também as Organizações Não Governamentais (ONGs) que estão trabalhando junto às populações mais pobres, ajudando a suprir as necessidades básicas dessa parte da população, como por exemplo, Bornefonden.

No que se refere às instituições públicas voltadas para a criança e o adolescente, a principal no país é o Instituto Caboverdiano do Menor (ICM) fundada em 1982 que trabalha no sentido da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. É uma Instituição responsável pelo atendimento das crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco (abandono, violência, situação de rua, crianças e adolescentes

usuários de substâncias químicas (drogas e álcool), os que estão em conflito com a lei etc.). O Instituto Caboverdiano do Menor é também o órgão responsável pelo desenvolvimento e implementação das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Esses recursos existem, mas são necessários estudos, dados, para subsidiarem as ações destas instituições, assim como uma ação articulada entre elas. É preciso também uma força política para fazer valer os direitos dessa população, antes que o problema atingia a gravidade a que chegou no Brasil e tantos outros países, já que este é um fenômeno recente em Cabo Verde.

Levando em consideração que Cabo Verde é um país jovem, pois tem quase 32 anos de independência nacional, e possui algumas legislações voltadas para a população infanto-juvenil como, os princípios da Convenção dos Direitos da Criança (CDC), a Constituição Nacional de Cabo Verde de 1999, o Código de Menores de 1997, o Código de Família de 1997 e as diretrizes das instituições existentes, podemos dizer que Cabo Verde está caminhando no sentido de promover os direitos das crianças e dos adolescentes.

Apesar dos esforços de algumas instituições públicas e privadas, como o caso da ICM e da Fundação Infância Feliz, na promoção dos direitos da criança no país, na realidade o que se percebe, assim como no caso brasileiro, é que estas leis existem apenas no papel, pois o que se observa é uma situação de abandono, violação e desrespeito no que tange ao cumprimento das mesmas. Pois, em Cabo Verde, às crianças e os adolescentes ocupam um lugar desprivilegiado na medida em que estão submissas aos poderes dos adultos, pois elas não são reconhecidas como sujeitos que têm direitos, que falam, que pensam, que têm opiniões próprias e algo a contribuir, pois são consideradas como um ser passivo no processo do seu desenvolvimento, e, por isso, objeto de intervenção dos adultos e da sociedade que os estigmatiza e que com frequência os vêem de uma maneira marginalizada e preconceituosa. Isso acaba impossibilitando que a criança e o adolescente sejam vistos no seu presente com todas as suas necessidades e, sobretudo suas competências e potencialidades. Questões estas que por um lado ou por outro acabam contribuindo para que elas sejam relegadas a um segundo plano no âmbito das agendas políticas.

Pode-se dizer ainda, que apesar dos avanços das leis sobre as crianças e os adolescentes, as questões que envolvem esta camada da população ainda estão longe de serem resolvidas. Pois é bem claro o lugar social que é destinado às crianças e aos

adolescentes e a visão que a sociedade tem delas. Podemos encontrar hoje crianças e adolescentes em situações de abandono, de carência, negligenciadas, trabalhadoras, em situação de rua etc. As crianças se encontram numa situação difícil e delicada principalmente as pertencentes às camadas mais desfavorecidas, como é o caso das crianças e adolescente que fizeram parte deste estudo, que buscam nas ruas da sua cidade alternativas de sobrevivência. Essas crianças e adolescentes estão expostas às diversas formas de violência (sexual, doméstica, psicológica), tanto no seio da família, como nas ruas, como mostra o nosso estudo.

Numa análise global dos resultados do nosso estudo, podemos afirmar que existem três fatores, que estão interligados e que motivam as crianças e os adolescentes a irem para a rua: o primeiro é a situação socioeconômica das famílias, isso porque, como vimos Santo Antão é uma das ilhas mais pobres de Cabo Verde, em que a taxa de desemprego e analfabetismo é elevada e as famílias vivem principalmente da agricultura. As condições de vida destas famílias têm assumido dimensões assustadoras, constituindo para um dos mais graves problemas sociais do país que é a pobreza e a miséria, fazendo com que as crianças e adolescentes procurem desde muito cedo algumas alternativa de sobrevivência e a rua acaba por ser um caminho viável.

As famílias por viverem numa situação de falta de recursos materiais e financeiros não conseguem garantir as necessidades básicas da criança e do adolescente, como alimentação, saúde, vestuário, escola etc. É de realçar que em nenhum momento estamos culpabilizando as famílias por esta situação no qual a criança e o adolescente se encontram. Pois temos a consciência de que tanto a família como a criança e o adolescente que se encontra em situação de rua são vítimas de um sistema político, econômico e social injusto, que lhes abandona a sua própria sorte, uma vez que é negado a elas um mínimo social e o direito de serem cidadãos.

O segundo fator são os aspetos familiares que são importantes para a compreensão do processo de rompimento dos vínculos das crianças e dos adolescentes pesquisados com as suas famílias. Os dados da pesquisa nos mostram que as crianças e adolescentes do estudo não tinham contato cotidiano com seus pais (homens), isso porque dos onze pesquisados apenas dois relataram que conviviam com seus pais. Constatamos também que os relacionamentos entre os pais dos informantes eram temporários e fragilizados contribuindo assim para que os vínculos entre as crianças e seus pais sejam também fragilizados. Os dados também nos mostram que a maioria das famílias dos nossos informantes era chefiada por mulheres que eram analfabetas,

desempregadas, e ainda cabia a elas toda a responsabilidade de sustentar a família, assim como cuidar e educar os filhos.

O terceiro fator refere-se às questões de ordem externa, que é a presença de amigos e conhecidos na rua, assim como o fascínio que a rua exerce sobre a criança e o adolescente, a possibilidade de conseguir dinheiro, ter mais liberdade e aventurar. Como vimos, uma parte considerável das crianças e adolescentes do nosso estudo foi para a rua através de conhecidos. E a principal atividade por elas desenvolvida era esmolar, ou seja, pedir dinheiro. É de realçar ainda, que as crianças e adolescentes do nosso estudo, apesar de passarem grande parte do tempo na rua, não podem ser classificados como sendo criança e adolescente de rua uma vez que dormem em casa e também mantêm contato diário com a família. Por isso, como no caso brasileiro, nós os denominamos de crianças e adolescentes em situação de rua e não de rua.

Outro fator que merece destaque aqui é a escola, isso porque, como vimos apesar de uma parte considerada das crianças e os adolescentes que participaram da pesquisa, já terem parado de estudar devido à falta de condições financeira dos pais e/ou a perda de direito, ainda tinham vontade de continuar estudar e consideram a escola como um elemento importante na sua formação e na sua sobrevivência. Se as crianças e adolescentes têm direito a ter acesso à escola, então é preciso ultrapassar algumas burocracias e assegurar esse direito às crianças e adolescentes que, pelo fato de ficarem reprovados duas vezes na mesma classe (série), ou então por ter idade superior aquela que é permitida para freqüentar uma determinada classe (série) ficam fora do sistema público de ensino. Por outro lado, é preciso também criar alternativas, parcerias e programas de apoio às famílias que não tem condições financeiras de manter os filhos nas escolas, e/ou pagar escolas privadas para os mesmos, evitando assim o afastamento ou o abandono escolar por parte da camada infanto-juvenil.

Cabe destacar ainda a questão da necessidade de conscientização dos pais das suas responsabilidades de proporcionar um mínimo de conforto material e emocional aos filhos para que eles possam ter uma base de apoio que os fortaleçam contribuindo assim para a existência de um sentimento de segurança e proteção, pois, toda a criança tem direito a uma convivência familiar. É preciso também criar medidas que minimizem o preconceito, a discriminação que possa existir sobre uma criança ou adolescentes que nasceu fora dos laços matrimoniais, denominados de *filhos de fora*, assim como conscientizar a sociedade sobre a importância da assunção da paternidade, tendo em

conta que esse é um direito fundamental das crianças, e tem um papel impotente na formação pessoal de qualquer ser humano.

Apesar das dificuldades encontradas, acreditamos que, dentro das nossas limitações, conseguimos alcançar o objetivo principal que foi de estudar o fenômeno das crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua na cidade de Porto Novo – Ilha de Santo Antão – Cabo Verde. E também como parte do nosso objetivo, apresentar um perfil e um panorama atual das trajetórias de vida dessa camada da população, considerando algumas das suas especificidades e contrapondo-as com alguns aspectos das crianças e adolescentes em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro.

Durante a pesquisa e a elaboração da dissertação várias questões pertinentes ao estudo surgiram. Cito apenas um exemplo final, a título de reflexão, pois é um tema que merece ser aprofundado, que é a visão e as percepções das famílias das crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua. Consideramos este ponto fundamental para discutir as relações afetivas e vínculos familiares. Pois estes são elementos que podem contribuir para uma visão mais ampliada do tema. Estamos cientes também de que nem todas as questões foram respondidas sobre a vida das crianças e adolescentes entrevistadas, o que nos impediu de elaborar uma história de vida mais aprofundada.

É de realçar também, que o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua em Cabo Verde é recente e não ocupa um lugar de destaque na agenda dos problemas sociais na atual conjuntura política, econômica e social do país. Acreditamos que o nosso estudo, mesmo com todas as suas limitações, possa contribuir para dar maior visibilidade ao fenômeno, ao mesmo tempo em que possa contribuir para suscitar, discussões, debates e reflexões sobre o tema. Este estudo também pode mostrar que este não é um fenômeno que acontece apenas nos principais centros urbanos do país (Praia, São Vicente e Sal), mas sim, é um fenômeno que pode estar presente nas nove ilhas que compõem o país. Isso porque, como vimos, o nosso estudo foi realizado em uma das ilhas mais rurais e mais pobres do país, e os resultados nos mostram que também existem crianças e adolescentes em situação de rua. O que contribui para desmistificar a idéia do senso comum de que este é um fenômeno que acontece apenas dos centros urbanos.

A existência do fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua nesta ilha, talvez seja mais grave do que nos principais centros urbanos do país, não no aspeto quantitativo, mas sim no que se refere às respostas a esta demanda. Isso porque durante

o período que permanecemos na ilha, percebemos que, com a exceção da Procuradoria da República, não existia nenhuma outra instituição pública ou privada de atendimento as crianças e adolescentes que estão em situação de rua. Nem o Instituto Caboverdiano de Menores, que é a instituição máxima no que diz respeito ao atendimento e garantia dos direitos e deveres da criança e adolescente, possui representação ou delegação na ilha. O que torna ainda mais difícil e delicada a situação destas crianças. A única representação dos órgãos públicos na ilha, que atende as questões que dizem respeito tanto à criança e o adolescente como as suas famílias é a Procuradoria, na figura do Procurador local, que assume as suas dificuldades e limitações para lidar com todas as questões que dizem respeito à criança e o adolescente assim como responder prontamente as demandas que delas derivam, uma vez que não existe nenhum técnico, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais na ilha para atender estas demandas.

Cabe dizer ainda que este trabalho foi realizado num quadro de angústia, ansiedade e dúvidas, articulada a necessidade de controlar a própria, sensibilidade, emoção, sentimento na observação e compreensão do que era observado e estudado.

Pensando na delicada realidade no qual se encontra as crianças e adolescentes Cabo-verdianas é de extrema urgência a tomada de algumas medidas que possam minimizar esta situação. Assim como é necessário que a população como um todo tome consciência dos direitos das crianças e adolescentes, para que eles possam ser tratados como sujeitos ativos e de direito capazes de construir a sua própria história. Para isso, o Governo, a sociedade civil e as instituições existentes têm um papel fundamental na divulgação e promoção desses direitos. Nesse sentido, nosso estudo nos leva a indicar as seguintes sugestões:

- Desenvolvimento de políticas sociais que se ocupem das questões que dizem respeito à população infanto-juvenil;
- Desenvolvimento de políticas e programas sociais voltadas para a família como um todo como: educação, visando o sucesso escolar e a prevenção do abandono escolar; emprego, contribuindo para que cada família tenha uma renda fixa; e assistência às famílias que são impossibilitadas de trabalhar para que possam satisfazer as suas necessidades básicas;
- Desenvolvimento de ações preventivas que contribuam para que a criança e o adolescente não troquem o espaço doméstico pela rua;

- Revisão de algumas leis sobre ingresso e manutenção de crianças e adolescentes em escolas públicas, considerando a realidade econômica e social vivida pelo país.
- Trabalho articulado entre as Instituições Públicas, Privadas e ONGS, que atendem crianças e adolescentes e família;
- Delegações ou representações do Instituto Caboverdiano de Menores em todas as ilhas e devidamente equipadas com técnicos sociais, como assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e educadores sociais;
- Campanhas de divulgação e sensibilização sobre os direitos das crianças e adolescentes;
- Encontros e Seminários para debater, discutir, e refletir o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua assim como outras questões que dizem respeito à camada da população mais jovem, reunindo os diversos atores sociais;
- Novos estudos e pesquisa sobre o fenômeno das crianças e adolescentes em situação de rua para dar continuidade ao trabalho realizado como também para responder algumas perguntas que ficaram abertas;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a criança o adolescente e a família Caboverdiana, tendo em conta que existe uma carência de documentação, e registro sobre esta área;
- Estudos sobre os padrões culturais e reprodutivos existente em Cabo Verde, destacando a questão dos filhos de dentro e de fora;